

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

A cárie dentária acompanha a humanidade desde tempos imemoriais. Resulta da colonização da superfície do esmalte do dente por microrganismos (bactérias) que, ao metabolizar carboidratos fermentáveis, como a sacarose, por exemplo, produzem ácidos. Essa acidez localizada, provocada pela disponibilidade de açúcar, leva à dissolução do fosfato de cálcio das camadas superficiais da estrutura de esmalte dentário, liberando fosfato e cálcio para o meio bucal. A partir de determinado momento, essa perda mineral atinge tal grau que se observa a formação de uma cavidade cuja evolução, em casos extremos, corresponde à destruição de toda a coroa dentária. A relação açúcar-cárie está bem documentada e não há dúvida quanto ao papel central do açúcar no processo cariogênico.

No final do período Paleolítico (por volta de 10 mil anos a.C.), quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento, com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva, a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período. Entretanto, isso ocorria em pequeno número e era mais frequente em adultos do que em crianças e adolescentes. Com pequenas e pouco significativas mudanças (cerca de 10%) nesse padrão, desde a Idade do Ferro (4 mil a.C.) até o final da Idade Média (1453), a cárie atingia, principalmente, as pequenas depressões ou sulcos encontrados na superfície dos dentes, especialmente nos molares e pré-molares.

No início do século XX, a cárie dentária era um problema de saúde pública, na maior parte do planeta. As populações conviviam com infecção, dor, sofrimento e mutilação. A descoberta do efeito preventivo do flúor o transformou, ao longo do século, no principal agente utilizado no enfrentamento da doença em todo o mundo. Em vários países, e também no Brasil, produtos fluorados têm sido apontados como os principais responsáveis pelo declínio observado na prevalência da cárie. No Brasil, estudos pioneiros realizados nos anos 1950 e 1960 corroboraram a eficácia preventiva da fluoretação das águas. No período de 1986 a 1996, com 42% da população recebendo água fluoretada, a queda na prevalência da cárie entre crianças de doze anos de idade foi de 53%. Além da água fluoretada, os dentifrícios também são, no presente, amplamente empregados como veículos para utilização do flúor em saúde pública, com perspectivas da continuidade do uso de produtos fluorados nas próximas décadas do atual século.

Internet: <www.scielo.com.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias do texto, julgue os itens seguintes.

- 1 O texto é de natureza eminentemente narrativa.
- 2 Deduz-se do texto que a cárie dentária é uma doença que coexiste entre a humanidade, desde tempos remotos.
- 3 O conteúdo do texto permite formular uma definição terminológica sucinta para o termo “cárie”: destruição do esmalte e da camada calcificada dos dentes pela ação de bactérias nocivas presentes na boca.
- 4 Depreende-se do texto que o esmalte dentário é a camada externa dos dentes, que funciona como uma barreira contra agentes externos, como cáries e desgastes.
- 5 Conforme o texto, a cárie, desde o período Paleolítico, é uma das condições dentais mais comuns entre crianças e adolescentes.
- 6 Conclui-se do texto que o flúor é fundamental para a saúde bucal, com comprovada eficácia na prevenção e no combate às cáries, fortalecendo o esmalte dos dentes e tornando-os mais resistentes à desmineralização.
- 7 Infere-se do texto que o desgaste do esmalte expõe os dentes à infecção e à sensibilidade e os deixa mais vulneráveis.
- 8 Segundo o texto, o açúcar, por ser poroso, desgasta diretamente o dente, sendo o responsável pelo surgimento das cáries.

Quanto à estruturação linguística e gramatical do texto, julgue os itens a seguir.

- 9 No primeiro parágrafo, sem comprometer a correção gramatical, o período “A cárie dentária acompanha a humanidade desde tempos imemoriais. Resulta da colonização da superfície do esmalte do dente por microrganismos que, ao metabolizar carboidratos fermentáveis, como a sacarose, por exemplo, produzem ácidos” pode ser reorganizado e reescrito da seguinte forma: **Desde tempos imemoriais, anda junto com a espécie humana a cárie dentária – derivada da colonização da superfície do esmalte por microrganismos que produzem ácidos resultantes da metabolização de carboidratos fermentáveis, como a sacarose.**
- 10 Na oração “Essa acidez localizada, provocada pela disponibilidade de açúcar, leva à dissolução do fosfato de cálcio das camadas superficiais da estrutura de esmalte dentário, liberando fosfato e cálcio para o meio bucal”, há indicação de que o termo “localizada” refere-se à “superfície do esmalte do dente” e, por consequência, à boca.

- 11** No trecho “Essa acidez localizada, provocada pela disponibilidade de açúcar, leva à dissolução do fosfato de cálcio das camadas superficiais da estrutura de esmalte dentário, liberando fosfato e cálcio para o meio bucal. A partir de determinado momento, essa perda mineral atinge tal grau que se observa a formação de uma cavidade”, a expressão “perda mineral” relaciona-se diretamente ao “fosfato de cálcio”, que, ao ser dissolvido da superfície do dente, provoca a desmineralização do esmalte dentário.
- 12** No texto, as expressões denotativas “cárie dentária” e “cariogênico” pertencem ao mesmo campo semântico e, portanto, têm significados idênticos.
- 13** Na estrutura “quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento”, o termo “quando”, com o significado de “sempre que”, indica uma condição.
- 14** Na estrutura “quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento, com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva, a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período”, a expressão “pão em sua forma primitiva” retoma a ideia presente no primeiro parágrafo do texto, sintetizada por “carboidratos fermentáveis”, que aumentou o desenvolvimento de cárie entre as populações primitivas.
- 15** Na estrutura “a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período”, o vocábulo “daquele” retoma diretamente a oração “quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento”.
- 16** No trecho “No final do período Paleolítico (por volta de 10 mil anos a.C.), quando o homem começou a produzir e processar seu próprio alimento, com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva, a cárie dentária passou a ser encontrada em 60 a 70% dos crânios recuperados daquele período”, o segmento “com o cozimento e o surgimento do pão em sua forma primitiva” pode ser suprimido da estrutura onde se encontra, sem que isso provoque incorreção gramatical ou alteração dos sentidos textuais.
- 17** No segmento “Com pequenas e pouco significativas mudanças”, o termo “pouco” poderia ser suprimido sem que isso produzisse alterações gramaticais ou incoerência textual.
- 18** No trecho “No início do século XX, a cárie dentária era um problema de saúde pública, na maior parte do planeta”, a supressão da vírgula após “pública” provoca erro gramatical, pois separa termos essenciais da oração.
- 19** Empregada no trecho “Além da água fluoretada, os dentifrícios também são, no presente, amplamente empregados como veículos para utilização do flúor em saúde pública”, a palavra “dentifrícios” tem como um dos seus sinônimos a expressão “cremes dentais”.
- 20** No trecho “No Brasil, estudos pioneiros realizados nos anos 1950 e 1960 corroboraram a eficácia preventiva da fluoretação das águas. No período de 1986 a 1996, com 42% da população recebendo água fluoretada, a queda na prevalência da cárie entre crianças de doze anos de idade foi de 53%.”, as expressões conexas “fluoretação das águas” e “água fluoretada” têm a mesma função sintática nas orações que as encerram.

Considere-se o corredor de um antigo castelo com seis nichos numerados de 1 a 6. Em cada nicho, o guarda pode optar por acender ou não uma tocha durante a ronda noturna.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21** O número de maneiras de acender exatamente 3 tochas durante a ronda noturna é igual a 20.
- 22** O número de maneiras de acender, pelo menos, uma tocha ao final da ronda é igual a 61.
- 23** Se exatamente dois nichos estiverem acesos, então a probabilidade de que a soma de seus números seja igual a 7 é de 20%.

Admitindo-se que a proposição “A vaca é amarela se, e somente se, o jacaré é verde” é verdadeira e que a proposição “Se o jacaré não é verde, então o pavão é azul” é falsa, julgue os itens seguintes.

- 24** A vaca é amarela.
- 25** O jacaré é verde.
- 26** O pavão é azul.

Em um grupo de 5 amigas (Ana, Beatriz, Cecília, Déborah e Érica), sabe-se que Ana é um ano mais nova que Beatriz, que Beatriz é um ano mais nova que Cecília, que Cecília é 3 anos mais velha que Déborah e que Déborah é 4 anos mais nova que Érica. A média das idades dessas 5 amigas é de 51 anos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 27** Ana tem 50 anos de idade.
- 28** O conjunto das idades do grupo é bimodal.
- 29** A mediana das idades do grupo é de 51 anos.
- 30** Érica é 2 anos mais velha que Beatriz.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca da instalação de periféricos de computador, da utilização do Microsoft Teams e dos sistemas operacionais móveis Android e iOS, julgue os itens seguintes.

- 31 A configuração de uma impressora via rede exige, obrigatoriamente, que o usuário acesse o painel de controle do roteador para inserir o IP manualmente.
- 32 O Microsoft Teams permite realizar reuniões *online* com compartilhamento de tela, gravação de reuniões e integração com agendas do Outlook.
- 33 É possível integrar o Microsoft Teams com outros aplicativos do Microsoft 365, como Word, Excel e PowerPoint, permitindo a edição colaborativa de arquivos diretamente dentro da plataforma.
- 34 O sistema iOS permite facilmente que o usuário personalize toda a sua interface, como substituir a tela inicial por outra personalizada e alterar o comportamento padrão de botões físicos.
- 35 Tanto o Android quanto o iOS permitem que aplicativos sejam atualizados automaticamente, desde que essa opção esteja habilitada no local correspondente.

No que diz respeito aos conceitos de redes de computadores, ao gerenciamento de arquivos, pastas e programas e à inteligência artificial, julgue os itens a seguir.

- 36 Uma rede do tipo ponto-a-ponto (*peer-to-peer*) depende de um servidor central para permitir a comunicação entre os computadores conectados.
- 37 Em redes IPv4, dois dispositivos conectados à mesma rede física podem possuir o mesmo endereço IP, desde que o endereço MAC de cada um seja diferente, evitando conflitos na comunicação.
- 38 Ao desinstalar um programa no Windows pelo Painel de Controle ou pelas Configurações do sistema, todos os arquivos criados ou modificados por esse programa também são automaticamente removidos do disco.
- 39 A técnica de aprendizado de máquina supervisionado na inteligência artificial (IA) requer um conjunto de dados previamente rotulado para que o algoritmo possa aprender padrões e fazer previsões.
- 40 Redes neurais artificiais são técnicas de IA inspiradas no funcionamento do cérebro humano e são amplamente utilizadas em aplicações como reconhecimento de imagem e voz.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 41** O mero exercício da função de competências públicas, sem a comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- 42** Configura improbidade administrativa a ação decorrente de divergência interpretativa da lei, com base em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- 43** Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado, via de regra, respondem pelo ato de improbidade administrativa que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- 44** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- 45** A perda patrimonial decorrente da atividade econômica, por ato culposo, acarretará improbidade administrativa.
- 46** Apenas o membro do Ministério Público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade administrativa.
- 47** Na ação por improbidade administrativa, poderá ser formulado, apenas em caráter incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- 48** O tribunal de contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade administrativa.
- 49** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, se houver mais de um réu na ação, a somatória dos valores declarados indisponíveis não poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito.
- 50** Na ação de improbidade administrativa, caberá agravo de instrumento apenas contra a decisão interlocutória que deferir a decretação de indisponibilidade de bens.
- 51** Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade Administrativa deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.
- 52** Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, aplica-se à ação de improbidade a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia.
- 53** Em consonância com a Lei de Improbidade Administrativa, não haverá remessa necessária nas sentenças de que trata a legislação de regência.
- 54** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, na hipótese de litisconsórcio passivo, a condenação ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, sendo vedada qualquer solidariedade.

- 55** Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, é possível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa para o controle de legalidade de políticas públicas.

A respeito da Legislação Anticorrupção, julgue os itens seguintes.

- 56** As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- 57** Consoante a Lei Anticorrupção, a competência para instaurar o processo administrativo de apuração da responsabilidade da pessoa jurídica é indelegável.
- 58** De acordo com a Lei Anticorrupção, o processo administrativo para a apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta de dois ou mais servidores estáveis.
- 59** Segundo a Lei Anticorrupção, no processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 15 dias para defesa, contados a partir da intimação.
- 60** Em consonância com a Lei Anticorrupção, a celebração do acordo de leniência prescinde da obtenção de documentos que comprovem o ilícito sob apuração.
- 61** Conforme a Lei Anticorrupção, o acordo de leniência exige a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- 62** A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.
- 63** Conforme a Lei Anticorrupção, a condenação judicial torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.
- 64** Segundo a Lei Anticorrupção, o tipo de sanção aplicada à pessoa jurídica punida não pode constar do cadastro nacional de empresas punidas.
- 65** De acordo com a Lei Anticorrupção, a Controladoria-Geral da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

No que concerne ao processo administrativo, julgue os itens a seguir.

- 66** Nos processos administrativos, deve-se observar o critério de atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- 67** O administrado pode, conforme sua conveniência, deixar de expor os fatos à Administração Pública de acordo com a verdade.
- 68** Quanto ao processo administrativo, no requerimento inicial do interessado, é admissível à Administração Pública recusar, sem justificativa, o recebimento de documentos.
- 69** Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- 70** No processo administrativo, o indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base no Decreto nº 68.704/1971 – que regulamenta a Lei nº 4.324/1964 –, julgue os itens a seguir.

- 71** Um cirurgião-dentista não poderá participar da constituição da assembleia-geral de um Conselho Regional de Odontologia, mesmo que esteja no gozo de seus direitos e quite com a tesouraria, caso sua inscrição junto ao referido Conselho seja secundária.
- 72** O Conselho Federal de Odontologia (CFO) somente promoverá diligências ou verificações relativas ao funcionamento de um Conselho Regional de Odontologia (CRO) para sanar irregularidades e promover eleições, nas hipóteses expressamente previstas de inoperância manifesta do CRO ou inobservância, por parte do CRO, das normas legais ou das resoluções do CFO.
- 73** A assembleia-geral dos Conselhos Regionais de Odontologia deve reunir-se ordinariamente uma vez por ano, prevendo-se quóruns distintos para as suas convocações. Assim, na primeira convocação, exigir-se-á a presença da maioria absoluta dos membros, ao passo que, na segunda convocação, a assembleia poderá ocorrer com qualquer número de membros presentes.

À luz da Resolução nº 63/2005 do Conselho Federal de Odontologia (CFO), julgue os itens seguintes.

- 74** Suponha-se que um cirurgião-dentista, recém-graduado em curso de odontologia devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, ainda não tenha providenciado sua inscrição em nenhum Conselho Regional de Odontologia. Nesse caso, é correto afirmar que, mesmo estando legalmente diplomado, o profissional não poderá efetuar inscrição para participar de congressos, jornadas ou conclaves odontológicos realizados em território nacional.
- 75** As entidades representativas da classe odontológica registradas no CFO há menos de cinco anos somente estarão habilitadas a ministrar cursos de especialização credenciados se dispuserem de instalações e de equipamentos próprios compatíveis com o curso a ser ministrado, de acordo com o protocolo do CFO.
- 76** Suponha-se que um técnico em prótese dentária (TPD), regularmente inscrito no CRO, mantenha, no seu laboratório, equipamentos típicos de consultório odontológico, os quais utiliza exclusivamente para estudo em manequins sem prestar, sob qualquer forma, assistência direta a clientes. Nesse caso, é correto afirmar que o TPD está atuando dentro dos limites definidos no normativo.
- 77** Suponha-se que um cirurgião-dentista com inscrição de especialista tenha solicitado a sua transferência e esta tenha sido deferida. Nesse caso, é correto afirmar que será de responsabilidade desse cirurgião-dentista comunicar ao Conselho Regional de destino que optará por manter a inscrição de especialista, devendo encaminhar, junto ao requerimento, a documentação comprobatória.

Com base na Resolução nº 118, de 11/2012, do Conselho Federal de Odontologia (CFO), que aprova o Código de Ética Odontológica, e na Resolução nº 226/2020, do mesmo órgão, que dispõe a respeito do exercício da odontologia a distância mediado por tecnologias (teleodontologia), julgue os itens a seguir.

- 78** A realização da teleorientação e do telemonitoramento em odontologia por centrais de atendimento de operadoras ou qualquer outro meio que centralize o recebimento de demandas e as distribua automaticamente implica infração ética de manifesta gravidade para fins de processo ético.
- 79** Admite-se a telessaúde na odontologia, como estratégia de saúde digital no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), desde que respeitados os princípios e as diretrizes da regulamentação vigente, como o telemonitoramento realizado por cirurgião-dentista, que consiste no acompanhamento remoto de pacientes em tratamento, no intervalo entre consultas, sendo obrigatória a anotação de toda e qualquer atuação no prontuário do paciente.
- 80** A regulamentação, a fiscalização e a adoção de medidas administrativas e(ou) judiciais para o cumprimento do disposto acerca do exercício da odontologia a distância (teleodontologia), mediado por tecnologias, é de competência exclusiva do CFO.
- 81** Salvo nos casos em que a parte envolvida for paciente, ex-paciente ou pessoa com vínculo social, afetivo, comercial ou administrativo com o cirurgião-dentista, capazes de comprometer o caráter de imparcialidade do ato pericial ou da auditoria, não constitui infração ética o acúmulo de funções de perito/auditor e executor de procedimentos terapêuticos odontológicos na mesma entidade prestadora de serviços.

À luz da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) –, julgue os itens seguintes.

- 82** Operadoras de planos de saúde odontológicos podem compartilhar com órgãos públicos, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Conselhos Regionais de Odontologia, dados pessoais e dados pessoais sensíveis de profissionais credenciados, independentemente de consentimento, quando esse compartilhamento estiver vinculado ao exercício regular de competências legais por esses órgãos.
- 83** O tratamento de dados pessoais de pacientes odontológicos no âmbito do SUS, mesmo nos casos legais em que o consentimento é dispensado, deve respeitar os princípios da LGPD, como o da finalidade; ou seja, os dados só podem ser utilizados para propósitos legítimos, específicos, explícitos e previamente informados ao titular, não podendo ser utilizados posteriormente para finalidades incompatíveis.
- 84** O CRO é titular dos dados produzidos no seu âmbito, como o número de inscrição dos profissionais.

- 85** No caso de uma clínica odontológica, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a um paciente dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, o juiz poderá inverter o ônus da prova em favor do paciente, desde que a sua alegação seja verossímil, que ele esteja em hipossuficiência para produzir provas ou que a obtenção dessas provas seja excessivamente onerosa.
- 86** Na hipótese de vazamento de dados pessoais em uma clínica odontológica, a LGPD obriga os operadores responsáveis pelo sistema informatizado a elaborar e encaminhar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), imediatamente após o incidente, um relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), contendo a descrição detalhada dos processos de tratamento afetados, os riscos às liberdades civis e as medidas de mitigação adotadas.

Com base na legislação e nas normativas aplicáveis à atuação do Conselho Federal de Odontologia (CFO), dos Conselhos Regionais de Odontologia (CROs) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no contexto da saúde suplementar, julgue os itens seguintes, acerca da relação com as operadoras de planos odontológicos.

- 87** Ao identificarem operadoras de planos odontológicos atuando sem inscrição regular na sua jurisdição, os CROs devem notificar diretamente a ANS para que esta promova a regularização, sendo dispensada a exigência de notificação formal à própria operadora e o envio de cópia ao CFO.
- 88** Em caso de substituição do cirurgião-dentista responsável por perícia ou auditoria em operadora de plano odontológico, a comunicação ao CRO poderá ser realizada anualmente, durante o recadastramento da empresa, desde que o novo profissional identifique as suas glosas técnicas com nome completo e número de inscrição no CRO.
- 89** O padrão para troca de informações na saúde suplementar (TISS) constitui padrão obrigatório para a comunicação eletrônica de dados entre os agentes da saúde suplementar, com o objetivo de padronizar ações administrativas, subsidiar o monitoramento das operadoras e contribuir para o registro eletrônico de saúde, promovendo a interoperabilidade entre sistemas de informação e a redução da assimetria de informações aos beneficiários.
- 90** O padrão TISS está organizado em cinco componentes, sendo o componente organizacional aquele que estabelece a arquitetura dos dados utilizados nas mensagens eletrônicas e no Plano de Contingência, para coleta e disponibilidade dos dados de atenção à saúde.
- 91** A terminologia unificada da saúde suplementar (TUSS) é o conjunto obrigatório de termos e códigos para identificar eventos e itens assistenciais na saúde suplementar, cujo uso por operadoras e por prestadores deve observar as normas técnicas dos órgãos reguladores do exercício profissional e da vigilância sanitária.

Acerca da oferta dos cursos de graduação em odontologia e das especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), julgue os itens a seguir.

- 92** Atualmente, os cursos de graduação em odontologia devem ser ofertados exclusivamente no formato presencial.
- 93** O CFO, no exercício das suas competências regulamentares, autorizou expressamente, por meio de resolução, que os cirurgiões-dentistas realizem o registro, a inscrição e a divulgação regular de mais de duas especialidades odontológicas, desde que sejam realizadas em conformidade com a legislação específica do ensino odontológico.

Com base na Resolução CFO nº 196/2019, que regulamenta a divulgação de autorretratos (*selfies*) e de imagens relacionadas ao diagnóstico e ao resultado final de tratamentos odontológicos, julgue os itens seguintes.

- 94** Fica autorizada a divulgação de vídeos e(ou) imagens com conteúdo relativo ao transcurso e(ou) à realização dos procedimentos odontológicos, desde que com a autorização prévia do paciente ou do seu representante legal, sendo vedada a divulgação de casos clínicos de autoria de terceiros.
- 95** Em todas as publicações de imagens e(ou) vídeos, deverão constar o nome do profissional e o seu número de inscrição. Além disso, é defeso a divulgação de imagens que possibilitem a identificação de equipamentos, instrumentais, materiais odontológicos ou tecidos biológicos.



RASCUNHO

Com relação à auditoria odontológica, julgue os itens a seguir.

- 96** O cirurgião-dentista, na função de auditor e(ou) perito, tem o direito de acessar, *in loco*, toda a documentação necessária e, em situações excepcionais, desde que seja autorizado pelo diretor técnico e mediante assinatura de termo de sigilo e compromisso de devolução, pode retirar prontuários ou cópias da instituição, podendo ainda examinar o paciente, se autorizado por ele ou por seu representante legal.
- 97** É vedado ao cirurgião-dentista exercer atividades de auditoria em favor de pessoa jurídica que não possua inscrição regular no Conselho Regional de Odontologia (CRO) da jurisdição onde se der a prestação dos serviços, incumbindo-lhe, ademais, comunicar formalmente ao respectivo CRO a constatação de empresa atuando na área odontológica sem o devido registro.
- 98** Incumbe ao cirurgião-dentista, na função de perito ou de auditor, proceder à glosa dos serviços odontológicos propostos ou executados que se mostrarem incompatíveis com as restrições explicitamente estabelecidas ou observadas nas normas da empresa contratante, desde que devidamente fundamentada e justificada tal decisão, em estrita observância aos princípios da técnica, legalidade e ética profissional.
- 99** As atribuições do cirurgião-dentista, na função de auditor, devem limitar-se à análise técnico-científica, à apreciação de aspectos legais e à observância dos preceitos éticos, sempre com imparcialidade, não lhe cabendo assessorar as operadoras em questões administrativas, como a análise de críticas, sugestões, reclamações ou reivindicações oriundas de usuários, operadoras ou da rede prestadora de serviços.

A auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS) é estabelecida por meio do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), tendo atualmente o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DenaSUS) como órgão central e responsável pela auditoria no plano federal. Com base nessa informação e nos normativos e manuais que regem a auditoria no SUS, julgue os itens seguintes.

- 100** No âmbito do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA), considera-se auditoria compartilhada aquela realizada por profissionais do quadro de pessoal de um ou mais componentes de auditoria do SNA, com a participação de profissionais de órgãos de controle interno ou externo, como tribunais de contas ou controladorias.
- 101** A auditoria independente, também chamada de auditoria de desempenho, consiste na obtenção de evidências sobre o atingimento dos objetivos de determinada política, programa, processo de trabalho, atividade ou unidade, tendo como base a mensuração de aspectos relacionados à eficácia, eficiência e efetividade das atividades operacionais do objeto auditado.

- 102** Para que a função de auditoria interna seja independente, o componente de auditoria deve ser resguardado de interferências na determinação do escopo, na execução dos procedimentos, no julgamento profissional e na comunicação dos resultados. Além disso, não deve ter acesso direto à alta administração para evitar pressões, como as exercidas por secretários de saúde.

De acordo com o rol de procedimentos e eventos em saúde, que estabelece a cobertura assistencial obrigatória nos planos privados de assistência à saúde contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, bem como em consonância com as demais normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), julgue os itens a seguir.

- 103** É obrigatória, nos planos exclusivamente odontológicos, a cobertura dos atendimentos de urgência e emergência, bem como dos procedimentos odontológicos previstos na segmentação contratada, excetuando-se aqueles que exigem internação hospitalar, cuja responsabilidade de cobertura é dos planos com segmentação hospitalar ou plano-referência.
- 104** É lícita a exigência de tomadas radiográficas com finalidade exclusivamente pericial ou administrativa, sendo facultado às operadoras de planos de saúde requerer a apresentação de radiografias iniciais e finais como condição para o pagamento de honorários ao cirurgião-dentista.
- 105** As operadoras de planos de saúde podem deixar de oferecer o plano-referência, desde que disponibilizem ao consumidor alternativas de contratação entre os planos ambulatorial, hospitalar, hospitalar com obstetrícia, odontológico ou suas combinações.
- 106** Faculta-se às operadoras de planos de assistência à saúde a ampliação da cobertura assistencial além dos limites fixados no rol taxativo de procedimentos e eventos em saúde, seja por iniciativa própria, seja mediante estipulação contratual expressa no instrumento que rege o plano privado de assistência à saúde.

Com base na Lei nº 13.140/2015, que trata da mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e da autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- 107** Durante o procedimento de mediação, a presença simultânea das partes nas reuniões posteriores à primeira é obrigatória, sendo vedadas reuniões separadas com o mediador, a fim de preservar a igualdade entre os envolvidos e garantir a isonomia e lisura do processo.
- 108** Toda e qualquer informação vinculada ao procedimento de mediação deve ser tratada como confidencial perante terceiros, inclusive em sede arbitral ou judicial, salvo autorização expressa das partes ou imposição legal, aplicando-se tal dever ao mediador, às partes, aos advogados, aos assessores, aos prepostos e aos demais envolvidos, abrangendo manifestações, reconhecimentos e documentos produzidos para a mediação.

Acerca dos critérios estabelecidos pela Resolução Normativa – RN nº 424/2017, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que disciplina a realização de junta médica ou odontológica para dirimir divergência técnico-assistencial relativa à cobertura de procedimentos por operadoras de planos de saúde, julgue os itens a seguir.

- 109** A definição da modalidade presencial ou a distância da junta odontológica é de competência do desempataador, devendo a junta, quando presencial, ser realizada no município de residência do beneficiário, salvo em situações excepcionais.
- 110** Mediante comum acordo entre o profissional assistente e o profissional da operadora, poderá ser realizada junta odontológica em casos de divergência técnico-assistencial, inclusive em situações de urgência e emergência, desde que a operadora arque com as despesas devidas ao profissional assistente, quando este for convocado para participar de junta presencial.
- 111** A indicação do desempataador pela não realização do procedimento caracteriza negativa de cobertura assistencial indevida, ainda que tenham sido observados todos os trâmites legais, inclusive quanto às notificações do profissional assistente e do beneficiário.

A respeito da odontologia legal, julgue os itens seguintes.

- 112** A perenidade e a imutabilidade são princípios biológicos fundamentais na identificação humana, sendo a primeira relacionada à estabilidade morfofuncional de determinadas estruturas anatômicas diante de modificações ambientais ou *post mortem*, e a segunda, ao fato de que certas características biológicas sofrem alterações mínimas ao longo do tempo, o que inviabiliza o seu uso isolado em processos de identificação pericial.
- 113** O perito odontologista, devido à sua formação em anatomia e osteologia humana, está habilitado a realizar exames periciais detalhados em ossadas completas, incluindo a análise antropológica dos ossos da cabeça e do pescoço, podendo contribuir para a identificação humana, especialmente em casos de esqueletização, carbonização ou decomposição avançada.
- 114** Em processos cíveis, o juiz poderá determinar a realização de prova pericial e, nesses casos, as partes, se assim desejarem, poderão indicar assistentes técnicos, os quais, embora possam apresentar pareceres divergentes do laudo do perito judicial, estarão sujeitos ao mesmo grau de imparcialidade, responsabilidade técnica e deveres processuais atribuídos ao perito nomeado pelo juízo.
- 115** A marca de Jellinek caracteriza-se como uma queimadura de formato elíptico ou circular, que reproduz com precisão o contorno do ponto de contato do condutor elétrico, com profundidade variada, indolor, asséptica e fundo de coloração amarelada.

Acerca das denúncias no âmbito odontologia, conforme disposto no Código de Processo Ético Odontológico (Resolução CFO-59/2004, com alterações da Resolução CFO-201/2019), julgue os itens a seguir.

- 116** A qualificação do denunciante constitui requisito expresso para a admissibilidade da denúncia no processo ético odontológico, sendo, portanto, discricionário ao presidente do Conselho indeferi-la quando se tratar de denúncia apócrifa.
- 117** Se a denúncia for manifestamente improcedente, como na hipótese de o fato narrado na denúncia não constituir infração ética de competência do Conselho de Odontologia, ela deverá ser arquivada *ad referendum* pelo plenário do Conselho Regional.
- 118** A ausência do denunciante ou dos seus representantes legais na audiência de conciliação e instrução poderá resultar no arquivamento da denúncia, conforme avaliação da comissão de ética ou da câmara de instrução.

Quanto às relações entre profissionais e operadoras de planos odontológicos, julgue os itens seguintes.

- 119** O contrato firmado entre o cirurgião-dentista e a operadora de plano de saúde não é considerado contrato de adesão, uma vez que as suas cláusulas podem ser discutidas e estabelecidas de comum acordo entre as partes, sendo recomendável que o profissional analise e negocie os termos antes da assinatura.
- 120** O cirurgião-dentista que solicitar o desligamento voluntário de vínculo com uma operadora de plano de saúde deve, obrigatoriamente, comunicar seu desligamento num prazo de 30 dias ao Conselho Regional de Odontologia e a todos os seus pacientes, além de entregar-lhes os dados clínicos em seu poder, a fim de garantir-lhes a continuidade do tratamento odontológico.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A inteligência artificial é um dos termos mais comentados do momento. Seja nas mídias sociais, na imprensa ou no debate popular, a tecnologia já é considerada por muitos como um divisor de águas entre passado e futuro. Apesar de ser um grande avanço, que pode abrir portas para o desenvolvimento da humanidade, também é temida por alguns como a tecnologia que veio roubar empregos e destruir profissões.

Agora, com a popularização do debate sobre a inteligência artificial, o imaginário humano se divide entre aqueles que se sentem ameaçados com os mais recentes avanços da tecnologia e aqueles que enxergam novas e promissoras oportunidades com os impulsos alcançados pela ciência da computação para todas as áreas. E como isso tudo impacta a Odontologia? (Com adaptações).

Inteligência artificial na Odontologia. **Sorrisos Brasileiros**. VMCom. 2023; 3(8). Apoio institucional: Conselho Federal de Odontologia.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Inteligência artificial na odontologia e o papel do auditor odontológico

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) perspectivas de aplicação da inteligência artificial na odontologia e seus potenciais benefícios;
- b) riscos relacionados ao uso da inteligência artificial nos serviços odontológicos; e
- c) papel do auditor odontológico na regulação e no controle da utilização de tecnologias com base na inteligência artificial.